

Ressurreição: o pós-morte no mundo antigo e no Novo Testamento¹

Odette Mainville e Daniel Marguerat

Esta obra, nascida de uma colaboração entre exegetas canadenses, suíços e franceses, vem preencher uma lacuna: os biblistas universitários de língua francesa raramente se arriscam sobre o tema da ressurreição. De onde viria tal dificuldade? Medo de abordar questões históricas e teológicas difíceis? Entretanto, a ressurreição continua sendo uma questão atual. A fé na ressurreição (de Cristo e dos fiéis) raramente foi assunto tão ignorado, tão cercado de mal-entendidos, de suspeitas e até de abandono quanto hoje. No debate aberto no Ocidente sobre as representações do pós-morte, a idéia de uma ressurreição dos corpos pena para preservar seu crédito. A obra aqui resenhada tem por objetivo participar dessa discussão.

Além de paliar o fraco nível de informação sobre o assunto, o objetivo do livro é circunscrever melhor a concepção cristã da ressurreição. Atenção especial foi dada à exploração da linguagem usada pelos primeiros cristãos para dizer o indizível da ressurreição, à sua simbolização, a seus efeitos de sentido. Ao final, o leitor e a leitora perceberão nos diversos autores uma vontade de mitigar uma compreensão da ressurreição calcada na materialidade dos fatos, com vistas em suas dimensões cristológicas e antropológicas. O que nos interessa, antes de tudo, é a função estruturadora da esperança ressurreicional no evento Jesus Cristo e na destinação humana.

A obra aborda a emergência da fé na ressurreição sob seus aspectos ao mesmo tempo literários, históricos, teológicos e hermenêuticos. Interpela as civilizações antigas do Oriente Próximo antigo e do mundo greco-romano, mas sonda, sobretudo, a questão junto aos principais *corpos* do Novo Testamento. Nessa última perspectiva, visa mostrar a gênese da fé ressurreicional, esclarecer as necessidades a que a argumentação dos primeiros cristãos teve de responder e ressaltar como ela se articulou em torno de uma visão do mundo e da história.

Lourik Karkajian traça as diferentes concepções da pós-morte nas civilizações do Oriente Próximo antigo, mais precisamente no Egito e na Mesopotâmia. Quanto ao Egito, onde a mitologia funerária impôs-se por completo, Karkajian analisa, inicialmente, o aspecto antropológico, considerando os componentes corporais (o corpo) e não-corporais (o *ba* e o *ka*) do ser humano. Explica que, na morte, os elementos não corporais não sobreviverão a não ser que o corpo seja conservado também; por isso as precauções extraordinárias do embalsamamento em vista da mumificação. Em seguida, mostra a necessidade, para os egípcios, de que seus mortos sejam acompanhados de escritos que lhes assegurem a felicidade no além (*Textos das Pirâmides, dos Sarcófagos, Guias do Além, Livro dos Mortos, Abertura da Boca* etc.). Agrupa essa literatura em

¹ MAINVILLE, O. & MARGUERAT, D. (Org.). *Ressurreição: o pós-morte no mundo antigo e no Novo Testamento*. No prelo por Paulinas Editora.

três gêneros principais: os encantamentos ou as fórmulas protetoras, os textos rituais e as fórmulas pessoais. Enfim, evoca os dois principais sistemas de percepção da pós-morte: segundo a teologia heliopolitana e segundo o pensamento osiriano.

Na Mesopotâmia, a questão coloca-se diferentemente. Karkajian descobre uma visão do além-túmulo mais pessimista, calcada na percepção que o ser humano tem de sua própria existência, de seu tempo e de sua história, com suas lutas e desventuras. A sorte das divindades é pouco invejável. Os diferentes relatos míticos — por exemplo o destino de Ishtar —, possibilitam uma idéia disso. Fazem-nos descobrir que há pouca esperança de salvação no pós-morte, exceto em “uma existência infeliz e tenebrosa”. Resta, contudo, que o modo de vida daqui de baixo pode ter impacto sobre a destinação no além. Karkajian conclui: “Enquanto no Egito a esperança de imortalidade, primeiramente personificada pelo faraó, em seguida se democratizou, na Mesopotâmia permanece uma nostalgia mítica que se choca constantemente com a realidade”.

Christian Grappe enfoca a gênese da fé ressurreicional no judaísmo. Consciente da pluralidade de linguagem para exprimir seu crescimento, constata, porém, que ela pode traduzir-se através de duas grandes vertentes conceituais: 1) “uma concepção temporal do além, com uma ressurreição no fim dos tempos”; 2) “uma representação espacial do além, segundo o modelo de uma *vida para Deus*, para a qual a morte constitui o acesso”.

Depois de lembrar as raízes veterotestamentárias da primeira categoria e a grande influência da crise macabaica sobre ela, Grappe expõe, comentando-os, os testemunhos que a atestam: *Henoc etíope*, *Livro dos Jubileus*, *Salmos de Salomão* etc. Considera que, nessa perspectiva escatológica linear, a crença na ressurreição repousa sobre a fé no poder criador e recriador de Deus. Quanto à segunda categoria, que apresenta em termos de escatologia vertical e espacial, está também enraizada nos relatos veterotestamentários, que ocorrem nos heróis isentos da morte e conduzidos diretamente a Deus (Henoc e Elias). Tendo explorado os testemunhos antigos, Grappe constata que, nessa categoria, o que predomina é a figura do Deus da aliança, isto é, a relação entre Deus e os seus.

Por outro lado, Grappe mostra ao longo de seu percurso que as duas trajetórias, longe de separar-se, interpenetram-se regularmente. Conclui sugerindo que as duas pistas encontram seu prolongamento no Novo Testamento, como sugerem diversos textos paulinos e alguns textos joaninos.

Marie-Françoise Baslez remonta às origens do helenismo em sua busca de indícios de uma crença na sobrevivência na cultura greco-romana. Partindo dos poemas homéricos, mostra que nessa época ainda não se crê em nenhuma sobrevivência humana, mas somente na sobrevivência dos corpos dos deuses. Será necessário esperar a época grega clássica para que apareça a noção de imortalidade da alma, primeira expressão de fé na sobrevivência. É também nessa época, observa, que se desenvolve, através de diversas escolas filosóficas, a teoria das transmigrações. Baslez explica, em seguida, o importante papel das religiões dos mistérios como portadoras de esperança de sobrevivência beatífica no além. De fato, através de seus ritos é que os fiéis procuraram identificar-se com a divindade, a

fim de ter acesso à sua condição e de partilhar sua imortalidade. A esperança da imortalidade para o ser humano foi, portanto, difundindo-se cada vez mais. Entretanto, remanescerá sempre que toda esperança de sobrevivência no mundo greco-romano diferencia-se radicalmente da fé judaica na ressurreição.

Em seguida, Baslez evoca a tipologia, que remonta ao século V a.C., “daqueles que voltaram a viver depois de terem sido considerados mortos”. Contudo, muitos contemporâneos permanecem céticos diante dessa eventualidade, como testemunham as diversas hipóteses explicativas que propõem: reanimação, milagre, experiência mística. Baslez sugere que esses supostos retornos à vida conseguiram, porém, abrir caminho para a crença no retorno de mortos ilustres, dos quais se esperavam intervenções benéficas e libertadoras. Entre os casos mais célebres, cita o de Nero. O mais importante, porém, como ela mesma conclui, é que essa crença era um vibrante testemunho público da fé na imortalidade.

Jean-Paul Michaud agrupa em duas categorias as linguagens às quais os primeiros cristãos recorreram para traduzir o ineditismo de sua experiência da ressurreição de Cristo: a mais antiga compreende fórmulas curtas — credos, fórmulas querigmáticas e hinos — e a mais tardia compreende relatos consignados nos evangelhos — visitas ao túmulo e cristofanias.

As fórmulas querigmáticas, bastante numerosas nos Atos, assim como as confissões de fé e os hinos, mais freqüentes na literatura paulina, mostram como “a vida da comunidade primitiva era toda ela voltada para o mistério pascal”, observa Michaud. Contudo, à linguagem da ressurreição se junta a linguagem da exaltação; Deus não só despertou Jesus de entre os mortos como o exaltou, fazendo-o sentar-se à sua direita, isto é, dando-lhe o poder de reinar. O autor mostra, também, que ressurreição e exaltação são retomadas no estilo narrativo dos relatos evangélicos.

Os dois formatos literários, explica Michaud, privilegiam as mesmas linguagens, do *despertar* e do *reerguimento* (*egeiren* e *anistanai*), da *vida* (*zaô*) e da *exaltação*. Todavia, é a linguagem da exaltação, diz, que pretende ser mais englobante, pois é com a exaltação que a ressurreição de Jesus assume todo o seu sentido. Não somente é mais englobante, mas é também mais suscetível de corrigir a falsa percepção de uma vida nova que seria modelada sobre a vida terrestre. “A exaltação cumpre assim, a respeito da ressurreição e da vida, ‘uma função de ordem hermenêutica’”.

Jacques Schlosser, com olhar de historiador, interessa-se pelos dados neotestamentários relativos às manifestações do Ressuscitado, procurando compreender sob qual rubrica convém classificar a experiência testemunhada pelos primeiros cristãos. Por exemplo: é redutor falar da experiência das primeiras testemunhas em termo de *visão*? Sua pesquisa leva-o a perguntar-se, antes de tudo, sobre o sentido da *visão*. Compilando todos os indícios de ordem psicológica, histórica e literária, ele se pergunta se tais indícios são suficientes ao historiador para dar conta da experiência dos primeiros cristãos. Em outras palavras, essa experiência seria de ordem subjetiva? Nesse caso, a fé pascal seria explicada a partir de critérios comuns, não necessitando da intervenção por parte de Deus? Ou,

ainda, repousaria ela, por assim dizer, nos modelos contextuais cujo eco encontramos na história das religiões?

A fim de ver se a experiência pascal traz uma marca distintiva, Schlosser aborda-a sob diferentes aspectos complementares: sonda a situação histórica de crise e, depois, de reviravolta desencadeada entre os discípulos pela morte de Jesus. Algo aconteceu para que ficassem convencidos de que Jesus estava vivo? Ele estuda as grandes linhas do testemunho essencial de 1Cor 15,3-8, dando atenção especial à forma verbal *ophthè*. Depois, respiga indícios suplementares que permitiriam sublinhar a especificidade da experiência.

No final de sua pesquisa, Schlosser permanece céptico quanto à possibilidade de que a percepção visual dos discípulos tenha sido gerada apenas por fatores psicológicos ou por suas expectativas pré-pascas. Crê que se trataria de uma “experiência singular... algo advindo de fora, de maneira inesperada e gratuita”.

Michel Gourgues procura valorizar a maneira como os credos e os hinos veicularam a fé na ressurreição. Disseminados pelo Novo Testamento, seus contornos são, às vezes, bem delimitados (1Cor 15,3-5; Fl 2,6-11), mas outras vezes, diz ele, é mais difícil separar tradição e redação (Rm 1,3-4; Cl 1,15-20).

Em sua busca de informação sobre a ressurreição de Jesus e sobre “a condição, a vida, a presença da ação do Ressuscitado”, Gourgues alinha algumas constatações: as fórmulas falam da ressurreição como de um fato passado, mas nunca como de um fato que as testemunhas presenciaram. As expressões passivas dão sempre a entender que a ressurreição é uma intervenção de Deus, mas uma intervenção que não tem equivalente na história.

Gourgues procura, também, estabelecer o que a ressurreição pôde significar primeiramente para Jesus, mas também para os fiéis. Para Jesus, as fórmulas testemunham ora sua exaltação, ora sua justificação, ora sua glorificação. A questão do Ressuscitado também se coloca em termos de *vida* ou de presença pneumática, assinalando, neste último caso, diz Gourgues, a continuidade/descontinuidade de seu modo de ser. Em seguida, salienta que é através dos títulos dados a Cristo Ressuscitado que se expressa de forma definitiva o valor salvífico da ressurreição. Entra-se, assim, por exemplo, na designação do Ressuscitado como “começo” e como “primogênito dentre os mortos”. “De fato, é a certeza de que sua ressurreição tem valor de promessa, de antecipação e de garantia em relação à dos fiéis”.

Odette Mainville estuda a função teológica das aparições do Ressuscitado, interessando-se, ao mesmo tempo, pela questão da historicidade. Após ter coletado o conjunto de dados neotestamentários sobre o assunto, classifica as aparições em duas grandes categorias: as de caráter missionário e as de caráter catequético.

Mainville é de parecer que as aparições de caráter missionário, como aquelas que aparecem na lista paulina de 1Cor 15, seriam as únicas que podemos considerar históricas. Por um lado, o fato de

que Paulo as tenha utilizado para um objetivo de legitimação e de validação implica, efetivamente, a historicidade; por outro lado, a necessidade dessas aparições para a mobilização de pessoas aptas a propagar a notícia da ressurreição fala, igualmente, em favor de sua historicidade. Aliás, Mainville crê que de início as aparições não tiveram outra motivação além do desencadeamento da missão.

Entretanto, durante a formação catequética, quando as aparições não são apenas proclamadas, mas narradas, sua função sofre um deslocamento: servem, agora, para enriquecer várias catequeses. Mais tardios, esses relatos de vocação nova têm poucas chances de ser históricos. Assim, a aparição a Maria Madalena, em João, e às mulheres, em Mateus, não seriam verossimilmente históricas. De fato, esta última aparição às mulheres, considera Mainville, não pode ser classificada nem na categoria missionária, nem catequética. Teria como única função atribuir ao Ressuscitado a responsabilidade pelos primórdios eclesiais na Galiléia.

Corina Combet-Galland estuda a função do capítulo 16 no conjunto do evangelho de Marcos. Mostra que as duas partes de Mc 16, a que se reporta ao túmulo vazio e a que versa sobre as aparições, não pertencem ao mesmo tronco redacional e que, definitivamente, o final curto é o mais original. Além disso, mostra claramente como o final longo (vv. 9-20) foi, de algum modo, imposto como “ponto narrativo que supera o abismo do silêncio” deixado pelo mutismo das mulheres em fuga, para permitir a passagem do silêncio à proclamação. Combet-Galland mostra, ainda, que esse final serve de eco para todo o Evangelho; mas também está bem consciente do aspecto “contrastante” entre tal final e o corpo do Evangelho, que não deixa de esclarecer.

Subseqüentemente, Combet-Galland concentra-se na história do túmulo, que considera como ponto central de Marcos. Apresenta essa história em três movimentos, aos quais correspondem três tempos e três formas de palavra: *ir* ao túmulo, que se acompanha do questionamento das mulheres sobre a pedra e da resposta de Deus na pedra rolada; *a entrada e a saída* do túmulo, entre as quais o vazio criou o espaço para o anúncio do anjo; *a fuga*, que rompe a comunicação iniciada pela palavra do anjo. Todavia, como a autora resume, “a ressurreição, como final do texto, com o túmulo vazio mas aberto, é então, essencialmente, lugar de retorno”. Retorno à leitura do evangelho de Marcos, uma segunda leitura, que é efetivamente guiada pela compreensão da ressurreição, o que Combet-Galland salienta muito bem.

Daniel Marguerat ressalta a importância fundamental da ressurreição em Lucas-Atos, tema que, segundo ele, “sobrepõe... claramente a cruz, a ponto de perguntar-se se Lucas não trocou o querigma da cruz por uma teologia da glória”. Como indica o título de seu artigo, “Lucas-Atos: a ressurreição em ação na história”, Marguerat não deixa de advertir o impacto da ressurreição na história da comunidade primitiva. Aliás, seu objetivo é mostrar que o livro dos Atos não é, primeiramente, um relato sobre a ressurreição, mas sim um testemunho da ressurreição.

Marguerat conduz sua exposição em quatro momentos: primeiramente, faz notar o interesse apologético de Lucas em inscrever a ressurreição de Jesus na trama da história. A insistência na identificação do Ressuscitado previne uma leitura espiritualista do evento. Essa identificação marca

a continuidade e sublinha o aval de Deus à obra de Jesus. Em segundo lugar, sublinha o valor hermenêutico, na história lucana, do evento ressurrecional como ocasião para fornecer uma visão cristã da história da salvação. A exposição cronológica dos eventos permite-o: as aparições, como lugar de identificação; a Ascensão, marcando o fim de um tempo; e Pentecostes, como efeito da Páscoa, autorizando o testemunho. Em terceiro lugar, Marguerat analisa o efeito soteriológico da ressurreição na perspectiva de Lucas, isto é, como triunfo de Deus que “reverte um cenário de morte em percurso de vida”. Em quarto lugar, sublinhando as indicações significativas, analisa a relação ruptura/continuidade entre Israel e a Igreja, marcada pela Ressurreição. Em suma, tem-se uma demonstração convincente, segundo a qual o relato lucano é de fato testemunha da ressurreição.

Jean Zumstein aborda o termo da escatologia joanina, destacando sua dimensão presencial, que a distingue da concepção apocalíptica dos outros grandes testemunhos neotestamentários, mais particularmente os de Paulo. De fato, a argumentação de Zumstein é que, em João, o dom da vida eterna não é uma promessa a ser realizada no futuro, mas constitui, ao contrário, uma realidade já presente. Mediante o episódio da ressurreição de Lázaro (Jo 11), propõe-se estudar a concepção joanina da ressurreição.

Jean Zumstein começa estabelecendo o lugar de Jo 11 no conjunto do quarto evangelho, como ponto culminante e como arremate da revelação de Cristo no mundo. Em seguida, mostra que a estratégia narrativa joanina do crer é particularmente marcada nesse capítulo, por causa do desejo “do narrador de fazer seus leitores passarem de uma concepção elementar da fé a uma perfeita compreensão”. Depois, o autor debruça-se sobre o prólogo da perícopie, ressaltando sua função de apresentar a glória e a cruz como “as duas faces indissociáveis da realidade divina revelando-se no mundo”. Em seguida, mostra como o encontro de Jesus com Marta criou um espaço para o aprofundamento da fé na ressurreição em vista de uma formulação adequada. Aparece, então, a expressão “Eu sou”, que constitui o ápice teológico do episódio. Enfim, Zumstein aborda o milagre propriamente dito, a ressurreição de Lázaro, e faz ver sua última consequência junto às autoridades religiosas: a passagem da morte à vida, no caso de Lázaro, leva à passagem da vida à morte, no caso de Jesus.

Élian Cuvillier analisa o tema da ressurreição no Apocalipse de João. Concentra-se em algumas passagens em que a ressurreição de Cristo é mencionada, com a intenção de “compreender o significado e a função que o autor lhe confere”. Considerando a cristologia como chave privilegiada para entender o Apocalipse, demonstra que é o Cristo ressuscitado, vencedor da morte e das potestades, que constitui o coração da cristologia. Contudo, a união a Cristo da comunidade fiel em oração exerce papel importante, porque é nela e por ela que irrompe a vitória de Cristo sobre a morte, vitória que ela recebe em herança por sua fidelidade.

Em um segundo momento, Cuvillier estuda o caso da Besta que “retomou vida”, alusão ao mito do *Nero redivivus*. Embora tenha adquirido matizes diversos nas diferentes culturas, a lenda veiculava sempre a crença de que Nero deveria reaparecer, liderar um exército e entrar novamente

vitorioso em Roma. João retoma esse mito, diz Cuvillier, e relaciona-o ao culto imperial, lugar de reconhecimento para o povo de um poder divino atribuído ao imperador. A astúcia de João seria, então, proclamar a ressurreição de Cristo como vitória sobre a Besta e sobre sua pretensão ao poder divino. O culto cristão se colocaria, assim, como contestação da realidade política e ideológica imperial. “Para João, Cristo vive e reina no culto comunitário e na proclamação litúrgica.” Assim, a linguagem litúrgica põe em xeque o poder que emana do discurso da ideologia imperial.

Pierre Létourneau analisa os relatos de aparição na literatura apócrifa cristã. Consta que tais relatos se tornam, na época patrística, instrumentos de legitimação de diversas doutrinas, enquanto estavam, na época apostólica, a serviço da apologia missionária. Létourneau é de parecer, contudo, que as iniciativas dos autores apócrifos não tencionam somente opor-se à ortodoxia, mas pretendem, também, ser resposta às questões deixadas pelo vazio do “quase silêncio do Novo Testamento sobre a ressurreição e as aparições de Jesus”. Como aceitar, por exemplo, que nenhum discípulo tenha sido testemunha direta da ressurreição de Jesus?

Segundo Létourneau, foram os cristãos de tendência gnóstica que mais exploraram o filão das aparições do Ressuscitado. De algum modo, inventaram um novo gênero literário, que se apresenta como “diálogo de revelação”. Os documentos gnósticos teriam, efetivamente, contribuído para valorizar “a revelação superior, ou gnose, transmitida pelo Salvador por ocasião das aparições”. Assim, os relatos de aparição teriam servido para explicar “a posse de um conhecimento salvífico” para além da pregação pública de Jesus. Tais documentos gnósticos, porém, mostraram-se muito contestadores em relação à autoridade eclesial; a tal ponto que, explica Létourneau, a luta entre a ortodoxia e a gnose, antes travada no próprio interior da grande Igreja, acabou, finalmente, provocando a expulsão dos gnósticos.

Alain Gignac procura compreender a ressurreição na perspectiva paulina a partir das imagens deixadas pelas primeiras cartas (1Ts 4,13-18; 1Cor 15 e 2Cor 5,1-10). Seu objetivo é “valorizar a pluralidade das imagens ressurreicionais em Paulo para descobrir a vivacidade metafórica”. Com efeito, mostra que tais imagens, freqüentemente contraditórias, não se confundem, nem se somam, mas se justapõem e remetem o leitor a horizontes ampliados. Levado por uma real preocupação hermenêutica, Gignac estabelece como pressuposto que as “imagens não pretendem tanto revelar o ‘quando’ ou o ‘como’ da ressurreição, e sim o ‘porquê’, ou melhor, o ‘para quem’”.

Gignac nota as diferentes atitudes diante das imagens, duas das quais extremas: o fundamentalismo e a demitologização. Em face da esterilidade dessas duas atitudes, considera que uma outra via é possível: deixar-se levar pelas imagens, em vez de tentar decifrá-las. “As imagens paulinas não se decodificam, mas mobilizam nossa imaginação”, explica ele. Antes de abordar os textos propriamente paulinos, apresenta as perspectivas de 2Br 49-51, considerado que alguns traços também são encontrados em Paulo, sem por isso pretender que Paulo seja dependente das mesmas tradições literárias: perspectiva de justiça, continuidade/descontinuidade, aspecto corporal, realidade futura da ressurreição impactando o presente.

Andreas Dettwiler aborda o tema da ressurreição na Carta aos Colossenses. Parte da abordagem tradicional, segundo a qual, em Colossenses, a ressurreição já não é considerada em um futuro mais ou menos próximo, mas sim como uma realidade já presente. Pergunta-se então: “Como compreender o futuro se tudo... já se cumpriu no presente?” Observa, decerto, que tal abordagem se distingue da visão tradicional de Paulo.

Dettwiler divide seu estudo em três partes. Primeiramente, pergunta-se sobre o caráter dêutero-paulino da carta, concluindo que o escrito é, provavelmente, pós-paulino. Em segundo lugar, apresenta um esboço da escatologia paulina. Considera que o tempo presente está marcado pela tensão escatológica do “já” e do “ainda não”, mas que o fim trará algo de radicalmente novo. Em terceiro lugar, discute a compreensão do tempo e da escatologia de Colossenses. O fato de considerar a salvação como já realizada desloca o motivo da linguagem da esperança: tem como função reforçar a certeza de salvação na comunidade cristã e, como efeito, consolidar o fundamento de um comportamento ético autêntico que deve refletir a nova identidade ressurreicional dos fiéis.

André Myre tem a palavra final. Pergunta-se sobre o “futuro” da idéia de ressurreição. Consciente da distância entre a compreensão moderna do tema e de “seus sentidos” no Novo Testamento, tanto quanto de suas diferentes percepções ao longo dos séculos, Myre julga útil remontar as inculturações experimentadas. Analisa três inculturações sucessivas. A primeira inculturação, segundo Myre, situa-se já no nível da primeiríssima expressão da ressurreição, isto é, na linguagem dos primeiros fiéis em relação a sua cultura semítica. A segunda, atribui-a ao apóstolo Paulo, que já teve de adaptar o discurso ressurreicional à antropologia grega. A terceira, descobre-a na transformação impositiva a que a tradição cristã o submeteu no decorrer dos dezenove séculos subseqüentes, “canonizando” a idéia de uma separação do corpo e da alma por ocasião da morte, para sua reunificação no fim dos tempos, com um corpo glorificado.

André Myre propõe-se, então, falar sobre a ressurreição em uma linguagem válida para a fé de hoje, mas que também o será para a fé de amanhã, levando sempre em conta as linguagens passadas. Nessa perspectiva, escolheu falar de *recriação*: “Recriação de Jesus e da humanidade, recriação do cosmo”. Criação renovada, levando em conta a realidade anterior, em uma solidariedade humana e cósmica total. De fato, Myre empenha-se em um novo esforço de inculturação.

Certamente, o mundo científico tirará proveito desta obra. Mas também a propomos a um público mais amplo, que já tenha tido contato com a tradição bíblica e sinta prazer em levar adiante o questionamento acerca desse tema fundamental que é a fé na ressurreição.